

«Pensa que chegará o dia em que os habitantes de Naplus, de Jericó e de Ramallah terão um Estado soberano?» Em meados de Fevereiro de 1991, em plena guerra do Golfo, e quando Israel era o alvo diário dos ataques de mísseis de Saddam Hussein, Bernard-Henri Lévy — de visita de solidariedade a Jerusalém — dirigiu esta pergunta ao primeiro-ministro Yitzhak Shamir. Recebeu como resposta um simples «não». «Neste caso, chegará o dia em que os palestínios renunciarão?», insistiu o ensaísta francês, para obter uma resposta tão seca como a primeira: «Espero que sim».

Shamir preferiu falar-lhe da «Terra de Israel» (*Eretz Yisrael*) e de uma paz que, na sua opinião, «talvez chegue depois de muitos anos, de muitas gerações». Num outro desabafo feito ao jornal francês *Le Monde*, este homem vindo da Polónia, que participou nas actividades clandestinas e violentas contra o mandato britânico na Palestina, que ajudou a fundar o Estado de Israel, que é parco em palavras e parece mover-se, ainda, na sombra como se não quisesse ser visto, admitiu que a paz entre judeus e árabes poderá ser apenas uma tarefa a concretizar pela geração seguinte. Desde esse dia de Fevereiro, quando os judeus de Israel regressavam ao papel de vítimas diante do olhar consternado do mundo ocidental, nada de substancial parece ter mudado nas posições do governo de Jerusalém, por sinal o mais nacionalista de todos os governos que o país escolheu desde a fundação do Estado, em 1948.

E, no entanto, a guerra do Golfo gerou profundas alterações nos anteriores equilíbrios do Médio Oriente, tendo aparentemente criado as condições para que fosse encontrada uma nova equação de segurança na região que, globalmente, diminua a ameaça que pesa sobre Israel. Com a guerra e a vitória dos Estados Unidos e dos seus aliados árabes e europeus, o maior dos exércitos que ameaçava Israel ficou seriamente afectado, tornando a supremacia militar do Estado judeu praticamente absoluta. Hoje, apenas a Síria dispõe de meios militares (os mesmos mísseis «Scud» que o Iraque utilizou) para atingir Israel a partir do seu território.

Os Estados Unidos vão passar a dispor, finalmente, de uma base militar permanente na região instalada no Bahrein, sob controlo da Arábia Saudita. Durante anos e anos, antes da crise provocada pela invasão do Kuwait, Washington enfrentou a recusa dos seus aliados árabes na zona para a instalação de uma base militar na região, mas as circunstâncias em que decorreu o conflito permitiram que um acordo, mais ou menos secreto, com a monarquia de Riad desse luz verde a essa ambição. A criação de um novo pacto árabe de segurança (o Pacto de Damasco, assinado a 25 de Março de 1991) entre os países do Conselho de Cooperação do Golfo, o Egipto e a Síria, não pode ser considerada como uma séria ameaça a Israel, na medida em que praticamente todos os seus membros — incluindo a Síria, que quer substituir o seu antigo patrono soviético pelos norte-americanos — contam a partir de agora com uma nova situação, na qual já não é o equilíbrio de estratégias antagónicas

entre as duas superpotências que é determinante, mas antes a hegemonia de uma delas.

Finalmente, pode dizer-se que a própria operação «Tempestade no Deserto» é uma garantia — se não *de jure*, pelo menos *de facto* — de que os Estados Unidos não tencionam deixar desprotegido o seu principal aliado na zona. Ao mesmo tempo que se tornam no factor determinante no equilíbrio de forças na região e de um processo de paz para o conflito israelo-palestiniano.

A própria doutrina militar das Forças de Defesa de Israel (IDF) viu-se confrontada com uma realidade nova, tendo de adaptar-se a ela enquanto decorria o conflito. Dois princípios de doutrina fundamentais foram «infringidos»: pela primeira vez, na sua curta mas agitada história, Israel abdicou de retaliar, de forma convincente e dissuasora, a um ataque inimigo ao seu território ou contra os seus cidadãos; pela primeira vez, também, aceitou «entregar» a outrem a sua própria defesa, até ao ponto de permitir que se instalassem no seu território forças militares estrangeiras (as equipas de soldados americanos que comandaram as bases de mísseis antimíssil «Patriot»).

A nova ideologia da «Terra de Israel»

Fica, portanto, a pergunta: por que razão, aparentemente, se mantém a absoluta intransigência israelita face às propostas para iniciar um novo processo negocial, três vezes formuladas pelo secretário de Estado norte-americano James Baker nas três deslocações que já fez a Jerusalém desde o fim do conflito? Por que é que as novas condições a que o conflito do Golfo deu origem no Médio Oriente, no quadro de uma nova situação mundial decorrente do fim da guerra fria, não parecem suscitar da parte das autoridades de Israel nenhuma correspondente alteração de estratégia?

Em Jerusalém, Shamir e os «falcões» do Likud continuam a mostrar indisponibilidade para aceitar o conceito «paz por território» — trocar territórios ocupados por garantias efectivas de segurança — continuando a insistir na velha tecla a que parecem reduzir toda a sua argumentação, e segundo a qual tudo se resume à «segurança de Israel».

E, no entanto, até algumas vozes importantes dentro do próprio círculo do poder, começam a dizer alto que Israel terá de descobrir a curto prazo que o seu verdadeiro e actual problema de segurança provém da ocupação dos territórios árabes desde a guerra de 1967. O general Dan Shomron, que chefiou as IDF durante o conflito do Golfo, afirmava publicamente, em 21 de Março passado, que «os níveis de ameaça a que Israel terá de fazer frente nos anos vindouros serão, em qualquer caso, inferiores aos do passado», acrescentando imediatamente que «o valor do território se altera quando um Estado passa da guerra à paz, porque o território é mais importante em estado de guerra».

A explicação para a aparente teimosia israelita pode estar, eventualmente, no facto de Shamir contar que não *será* muito grande, por enquanto, a pressão norte-americana para sentar Jerusalém à mesa das negociações. Mas pode ter de se procurar mais fundo, na própria evolução da sociedade israelita, que, progressivamente, deixou de ser uma sociedade inspirada numa ideologia sionista assente basicamente nos valores laicos e universalistas do Ocidente onde o movimento teve as suas origens, para se transformar numa sociedade onde cresce a influência dos movimentos religiosos e ortodoxos ultranacionalistas nos mais variados sentidos, que tentam com algum êxito fazer renascer a mística do «povo eleito». A defesa da manutenção da Cisjordânia e da faixa de Gaza, a que os judeus teimam em chamar de Judeia e Samaria — como está escrito na Bíblia — pode ter evoluído gradualmente, e por efeito da mudança da própria sociedade israelita, de questão vital para a segurança do Estado de Israel que a pequena faixa de território que o constitui mais a permanente ameaça dos vizinhos árabes tornava mais compreensível, para uma mera questão ideológica.

Consubstanciada na ideia de *Eretz Israel*, e legitimada já não por uma resolução das Nações Unidas que partilhou a Palestina, depois da II Guerra Mundial, entre árabes e judeus, mas numa legitimidade histórico-religiosa segundo a qual o Estado de Israel, com as fronteiras que possui depois da guerra de 1967 (menos o Sinai), é a «Terra de Israel» estabelecida na Bíblia há mais de dois mil anos, e atribuída ao «povo eleito» por direito divino.

A evolução demográfica da sociedade, somada aos efeitos perturbadores provocados pelas sucessivas guerras, permite entender muito melhor a evolução política registada desde os tempos da total hegemonia trabalhista — a que está indissociavelmente ligado o movimento sionista e a fundação do Estado de Israel — até ao actual governo, de direita nacionalista radical, o qual, porventura com excessivo optimismo, Washington espera não seja «eterno».

O facto de o poder político democrático ter estado sempre dependente, no Parlamento, de coligações com os pequenos partidos religiosos, mais ou menos ortodoxos ou nacionalistas — e, recentemente, mais do que nunca —, levou a que a força política e social desses movimentos se ampliasse sem cessar. O alargamento da sua influência deu-se paralelamente à chegada de novas vagas de judeus, já não vindos da Europa central e oriental, mas dos países árabes e de África, que não partilham a cultura universalista e laica que deu a força inicial ao sionismo, e que influenciou quer a criação do Estado, quer a sua vida política e social, nos primeiros vinte anos da independência.

Os israelitas que fundaram o Estado de Israel na Palestina estão a transformar-se, de novo, em judeus. O Estado de direito construído em 1948 volta a ser a «Terra prometida» por Deus ao «povo eleito». As práticas sociais deixam de ter uma inspiração secular para se regerem, cada vez mais, pelos mandamentos religiosos judaicos.

A influência crescente dos partidos religiosos

Três guerras, desde a da independência, marcaram também profundamente a sociedade israelita, acentuando alguns sinais de desorientação e de perturbação.

Em 1967, foi o sentimento de espanto perante a sua própria força e a constatação do «milagre» que representavam as novas «fronteiras», coincidindo com aquelas que a Bíblia estabelece para o povo judeu. O próprio general Moshe Dayan — sionista e trabalhista — no auge da vitória sobre cinco exércitos árabes, expressou este sentimento dizendo: «Quem não era religioso, passou a sê-lo a partir deste momento».

Foi, então, a altura propícia para os movimentos religiosos ortodoxos — que nunca deixaram de existir e sempre conseguiram cobrar um bom preço pelo seu apoio a sucessivos governos trabalhistas — explorarem os sentimentos da opinião pública tentando dar um novo sentido religioso ao sionismo, atribuindo-lhe como único objectivo possível a reconstituição da «Terra prometida».

À luta política essencial destes movimentos é tentar fazer da dimensão religiosa o princípio da identidade do Estado judeu, obrigados que foram pelas circunstâncias a desistir de combatê-lo com os mesmos argumentos que utilizaram antes e depois da II Guerra Mundial, atribuindo ao movimento sionista e à sua luta contra o espírito de *ghetto* e contra o poder nazi em ascensão a responsabilidade pelo extermínio dos judeus. É outro o «regresso» que eles pregam, já não à terra de Israel mas à religião judaica, ao cumprimento dos mandamentos e dos usos (o respeito integral pelo Shabbat, o uso da *kipa*, a alimentação *kosher*, o estudo quotidiano da Tora como fonte de toda a sabedoria), e à progressiva introdução na lei de alguns destes preceitos.

A sua influência não se limita aos bairros periféricos das principais cidades, onde habitam as populações mais modestas, e onde se instalaram em vagas sucessivas os sefarditas (judeus de ascendência portuguesa e espanhola expulsos da Península nos tempos da Inquisição), oriundos do Norte de África, que começaram a chegar depois da descolonização europeia, e que reagem mal ao poder instalado dos «privilegiados», os *ashkenaz*, vindos da diáspora europeia e norte-americana. Os movimentos religiosos conseguem atingir camadas importantes de jovens *sabras* (os israelitas já nascidos no Estado de Israel), desorientados e desiludidos pelas guerras sucessivas e, sobretudo, pela constatação de que os governantes do Estado judeu são, afinal, homens iguais a todos os outros, que tiram partido pessoal do poder que detêm, e tomam decisões que nada parecem ter a ver com o espírito idealista dos *kibbutz* e dos primeiros anos da fundação do país. Mesmo a nível intelectual e na grande comunidade judia dos Estados Unidos da América, as «reconversões» e os «arrepentimentos» em busca de um «sentido para a vida» tornam-se cada vez mais frequentes, com os inevitáveis efeitos em Israel. São esses movimentos «fundamentalistas» e «nacionalistas» que, hoje, constituem a maior força instigadora da

construção de novos colonatos na Cisjordânia, em Gaza e nos montes Golan para albergar a nova vaga de judeus vindos da União Soviética e os judeus recém-chegados da Etiópia, depois da queda do regime de Mengistu, através da maior ponte aérea jamais vista nos últimos tempos. Tal como, antes, constituíram as bases dos colonatos que o próprio governo instalou na Margem Ocidental do Jordão por razões de alegada segurança.

A guerra do *Yom Kippur*, em 1973, que, sendo embora uma vitória militar, foi uma derrota moral para os israelitas, provocou na sociedade novos traumatismos e veio aumentar o descrédito das velhas classes dirigentes, fazendo crescer inversamente não só a influência dos conservadores sionistas agregados no Likud, mas a de todos estes movimentos religiosos e ortodoxos que, até então, tinham tido a sua maior expressão no Partido Nacional Religioso, com representação parlamentar, e que, de 1948 a 1977, esteve coligado com os trabalhistas na Knesset. Esta aliança, aparentemente inofensiva, acabou por permitir aos movimentos conservar incólume a autonomia de um sistema educativo religioso, paralelo ao do Estado, que hoje absorve uma parte significativa dos jovens estudantes israelitas.

Foi na sequência da guerra de 1973 que nasceu, no ano seguinte, o mais radical e violento de todos os movimentos religiosos — o Gush Emunim — que defende a «Terra de Israel» dizendo que «ela não é negociável», e que é ainda um dos mais fortes sustentáculos dos novos colonatos, condenados por toda a comunidade internacional mas consentidos pelo próprio governo e apadrinhados pelo polémico Ariel Sharon que é, hoje, o ministro da Habitação e Construção.

A grande desconfiança suscitada acerca da necessidade da invasão do Líbano, em 1982, veio aumentar ainda mais a desorientação da sociedade civil, e a sua receptividade à História «especial» do povo judeu e à importância da sua religião.

Em meados de 1980, o Gush Emunim chegou a constituir uma ameaça à ordem democrática quando decidiu enveredar pela via da violência clandestina. O sistema democrático israelita foi ainda capaz de reagir. Mas hoje, face à desagregação dos velhos valores e às perplexidades e ambiguidades perante o processo de paz, volta a pairar a ameaça da violência — apenas esbatida pela unidade temporária criada pela agressão iraquiana -- levando homens tão lúcidos como o historiador Zeev Sternell a dizer que, em Israel, «a paz pode vir a custar uma guerra civil».

Os analistas, em Telavive e em Jerusalém, consideram que 1984 marca a verdadeira «entrada» dos partidos *haredi* («negros» por causa das suas vestes negras) na vida política de Israel. Nas eleições de Novembro de 1988, três destes partidos conseguem uma representação parlamentar — 18 lugares em 120 — que, por si só, não representa um grande aumento percentual (15% para uma média de 12%), mas antes uma inversão na relação de forças entre os próprios movimentos religiosos. O Partido Nacional Religioso (sionista), que representava dois terços do total, passa

a significar muito menos, deixando a fatia maior para os chamados partidos do «bloco», ligados ao Gush Emunim. A subida eleitoral e as alterações na proporção de cada um devem-se fundamentalmente aos votos dos sefarditas dos bairros pobres das cidades — os novos *ghettos* - que vêem neles a melhor «voz» na luta contra os *ashkenaz*. O próprio sistema eleitoral de Israel, estritamente proporcional, favorece o seu reforço parlamentar e torna qualquer governo de qualquer dos dois partidos maioritários (Partido Trabalhista e Likud) vulnerável às coligações que são obrigados a estabelecer com esses partidos minoritários. E esse radicalismo nacionalista e religioso, assumido de forma ambígua pelo governo de Shamir, e «imposto» pelos partidos *haredi* a uma coligação que depende deles para sobreviver, que explica, em parte, o facto de se construírem colonatos na Margem Ocidental no exacto momento em que Baker está de visita a Israel, num acto de provocação dificilmente entendível, se se levar em conta que Israel depende económica e militarmente dos EUA, e que precisa do apoio financeiro e político de Washington para continuar a receber, em larga escala, os judeus da diáspora vindos da União Soviética ou da Etiópia.

A sociedade israelita — na opinião de muitos analistas — corre hoje o seu maior perigo desde a guerra da independência, em 1948. A ruptura e a desmobilização dos cidadãos, numa sociedade que tem subsistido justamente porque assenta não só numa elevada capacidade tecnológica, como numa forte mobilização política, pode vir a ter consequências graves. Os novos *ghettos* dentro do país, construídos moral e fisicamente pelos movimentos religiosos, são outros tantos factores de perturbação e de divisão, representando o aparecimento de um espírito inverso ao do próprio sionismo, caracterizado justamente pela luta que travou para fazer sair os judeus do *ghetto* espiritual e físico em que se encontravam nas sociedades ocidentais. Se o sionismo teve como base a *Haskala* (o movimento iluminista judeu), e as suas origens no espírito das Luzes e nos valores universalistas e laicos (a razão e a ciência acima da fé, o universalismo em lugar dos particularismos), os novos movimentos político-religiosos querem percorrer o caminho inverso, da judaização da sociedade israelita, da particularização dessa sociedade e de todos os seus cidadãos.

O declínio do movimento trabalhista

Os trabalhistas, que parecem definitivamente remetidos para a oposição, não souberam compreender as profundas transformações da sociedade israelita, encerraram-se na «cultura do poder», que mantiveram durante vinte anos, sem reais alternativas, e na cultura elitista e socializante dos *kibbutzim*, também eles progressivamente remetidos a um *ghetto* de cidadãos «especiais».

A experiência do governo de unidade nacional, ensaiada a partir de 1984, depois do afastamento de Menachem Begin (na sequência da guerra do

Líbano) , acabou por esbarrar com as próprias divisões internas que cavam o Partido Trabalhista há vários anos, entre dois velhos rivais — Yitzhak Rabin (o «falcão») e Shimon Perez (a «pomba») — e que não permitiram, aparentemente, criar uma nova geração capaz de retomar os valores da velha liderança de Ben Gurion ou Golda Meir.

Foi uma última tentativa para recomeçar as negociações de paz, antes da guerra do Golfo, que destruiu esta coligação. De novo em 1990, o Likud, unindo-se aos pequenos partidos extremistas religiosos, reconquistou o poder que ainda mantém e, segundo todas as indicações, manterá até às eleições de Novembro de 1992.

Hoje, mais de metade dos 4,1 milhões de israelitas são sefarditas e são também eles que representam boa parte da base de apoio eleitoral do Likud.

Os cerca de 250 mil judeus da União Soviética (prevê-se que este número atinja um milhão dentro de quatro anos), que vão votar pela primeira vez em 1992 e que não são obviamente atraídos pelo Partido Trabalhista e pelas suas origens socialistas, podem vir a alargar essa base eleitoral. São eles (e os etíopes) que, hoje, estão a servir a Ariel Sharon e aos religiosos do Gush Emunim como «ponta de lança» para a política do facto consumado que representam os novos colonatos da Cisjordânia e dos montes Golan, apesar dos avisos americanos de que a ajuda prometida para o regresso dos judeus a Israel só seria aprovada se os recém-chegados não fossem instalados nos territórios ocupados.

As últimas sondagens feitas em Israel durante o mês de Maio, indicavam que o Likud manteria os 38 lugares em 120 que detém na Knesset. Os trabalhistas, pelo contrário, registariam uma descida que poderia reduzir os seus 39 lugares para 27. Perdê-los-iam muito provavelmente para os partidos religiosos, ou para a sua esquerda, demonstrando a radicalização da própria sociedade.

Se George Bush tentar apostar na alteração do poder em Israel para iniciar um processo de paz aceitável, então poderá ter de contar sobretudo — como até o próprio Shamir já admitiu — com uma nova geração do Likud, constituída por homens que rondam os 40 anos, que são chamados de «príncipes» e parecem revelar alguma abertura de espírito. Entre eles, Benyamin Begin, o filho do último líder carismático de Israel, Benyamin Netanyahu, o vice-ministro dos Estrangeiros (o homem que mais apareceu na CNN, directamente de Jerusalém, durante a guerra), e os ministros da Justiça, Dan Meridor, e da Saúde, Ehud Olmert. Do outro lado do espelho: a «Intifada» reexaminada

Se Israel conseguiu transformar a guerra do Golfo numa notável operação de propaganda internacional, reavivando na memória europeia o drama do Holocausto, apagando a imagem perturbante e acusatória das crianças da *Intifada* arremessando pedras contra o «melhor exército do mundo», a sorte foi adversa aos palestinianos. E as consequências aí estão. Ao terem de cumprir rigorosamente o recolher obrigatório imposto por Jerusalém no decurso da guerra — para que as vítimas pudessem, desta vez, ser

apenas os judeus — não puderam sequer manter viva a sua «guerra das pedras». Por outro lado, a colagem de Yasser Arafat ao ditador de Bagdade retirou à Organização de Libertação da Palestina boa parte do apoio que detinha nalguns governos europeus ocidentais e na própria Comunidade Europeia, e permitiu que os Estados árabes — moderados ou radicais, não importa — não deixassem perder a oportunidade para lhe retirar alguma força, cortar o contínuo fornecimento de fundos, aproveitar, em suma, a oportunidade para relegar Arafat para um segundo plano, bem menos incómodo para os seus próprios desígnios. Na verdade, a OLP nunca esteve tão isolada como hoje, sobretudo no mundo árabe — porque os europeus estão sempre mais dispostos a «perdoar» os líderes dos povos que eles próprios colonizaram. E embora continue a manter o seu prestígio intacto nos territórios palestinianos ocupados, a verdade é que o enfraquecimento do seu líder histórico abre espaço à tese americana que defende negociações com outras personalidades palestinianas mais moderadas, ainda que da orla da OLP, que vivem nos territórios ocupados.

Antes da guerra, a *Intifada* ameaçava chegar já a uma situação de impasse. Apesar de ter funcionado inicialmente como factor de propaganda internacional, atraindo de novo as atenções para a situação dos territórios indevidamente ocupados por Israel, e de ter perturbado o próprio Estado judeu, a capacidade revelada pelas IDF para se adaptarem a esta nova forma de luta foi razoável.

A guerra do Golfo deixou feridas profundas entre os palestinianos. A via do radicalismo mostrou-se esgotada quando comparada com os seus resultados efectivos, e as divisões na OLP e na direcção interna da *Intifada* agravaram-se.

O resultado é também (como parece estar a acontecer em Israel) o extremar de posições e o reforço do fundamentalismo islâmico representado pelo movimento Hamas, cuja influência numérica e política não pára de crescer, ameaçando a própria OLP.

Esta radicalização e esta frustração parecem ter levado a que dirigentes intermédios da frente interna — intelectuais e quadros entre os 30 e os 40 anos — começassem a pôr em causa, recentemente, os métodos da OLP e a eficácia da sua luta política, recomendando soluções mais moderadas, mas também mais adaptadas a conceitos mais democráticos. Factor fundamental para os sinais incipientes de transformação tem sido o verdadeiro morticínio entre palestinianos, que cresceu exponencialmente depois da guerra. Jovens adolescentes palestinianos encapuçados matam e ferem indiscriminadamente todos os alegados colaboracionistas, numa dimensão e num grau de violência que ultrapassam em muito as próprias vítimas dos confrontos com as tropas israelitas.

A *Intifada* e os seus resultados políticos começam, pois, a causar algum alarme e a ser postos em causa publicamente através dos principais jornais palestinianos, entre os quais o *Al-Fajr* (A Madrugada), publicado em Jerusalém Ocidental e dirigido por um velho resistente moderado, Hanna

Siniora. Num desses artigos, assinado por Adnan Damiri (resistente de longa data e recém--saído da prisão) , pode ler-se esta pequena frase de desespero: «O sonho da *Intifada* transformou-se num pesadelo. Os activistas palestinianos têm mais medo dos homens encapuçados do que dos soldados israelitas».

Este reexame da *Intifada* está a chegar rapidamente à conclusão de que «certos sofrimentos são inúteis e contraproducentes para levar o combate a bom termo, antes devemos trabalhar, construir a nossa economia, em lugar de nos fecharmos em casa metade do dia» (referência à greve diária do comércio dos territórios, a partir das doze horas, que decorre desde o início do movimento).

Abu Samra, outro intelectual, professor de Psicologia na Universidade Bir-Zeit, escreve, por seu turno, que «quando adolescentes de 15 ou 16 anos matam e nada é feito para os fazer parar, a libertação arrisca-se a transformar-se em fascismo».

Tal como se previa, o interior dos territórios quer ter, dentro da OLP, uma palavra mais forte a dizer e este é outro dos aspectos por que passa o referido reexame. Tem havido apelos para uma maior democracia interna na OLP, e para um papel mais determinante dos representantes da faixa de Gaza e da Cisjordânia nos conselhos da organização, aos quais, aliás, Arafat se apressou a responder afirmativamente.

Corre-se, entretanto, o risco de o poder israelita não querer compreender a importância destes sinais de evolução. Durante a guerra (e mesmo antes) , as ordens de prisão contra os mais moderados dirigentes da OLP

e da *Intifada* dentro dos territórios parecia encontrar como principal explicação a política de «terra queimada», que Israel pretende implantar entre si e os sectores radicais da OLP — a melhor forma de justificar perante o mundo e a sua própria opinião pública a recusa em negociar seja o que for com Arafat e com outros representantes do movimento.

As condições da negociação

A verdade é que a guerra alterou muitas das condições em que decorria o conflito israelo-árabe, abrindo novas oportunidades para a paz, mas aumentando também, pesadamente, os custos de não actuar. Os Estados Unidos, depois das declarações de Bush sobre a urgência da nova ordem internacional respeitadora do direito, e do empenho inicial de Baker, parecem ter deixado de ter pressa.

Para a Administração norte-americana, a prioridade estratégica e o alvo dos principais esforços continuará a ser, neste momento, a Europa central e oriental. Mas querem ou podem os EUA deixar passar este período, necessariamente curto, em que a sua credibilidade e influência

na zona e, nomeadamente, junto de alguns regimes árabes, é maior do que nunca?

Espíritos mais cépticos começam a defender que a sua nova situação de única superpotência mundial pode levar Washington a hesitar entre «o movimento e o imobilismo». Boa parte da teimosia de Israel pode residir na expectativa perante a resposta a esta pergunta. E a verdade é que as eleições presidenciais nos EUA podem trazer razões a favor do imobilismo.

As pressões que os Estados árabes possam exercer sobre Washington não serão nunca suficientes, fundamentalmente porque o conflito israelo-palestiniano sempre lhes serviu como uma poderosa arma para os seus próprios confrontos pela hegemonia na zona, e como um álibi para justificarem as suas próprias guerras e a opressão que exercem sobre os seus povos. Pode, pois, continuar a convir-lhes a tese da «solução perfeita» (embora a sua manutenção represente agora, se os EUA quiserem, uma maior incomodidade), para que nada realmente aconteça. Por tudo isto, não é de forma nenhuma indiferente o papel que a Europa — classificada por alguns, depois do conflito do Golfo, como *non persona* — queira ou saiba desempenhar no Médio Oriente. Com o enorme peso económico que tem nas relações comerciais e científicas de Israel, com a sua situação de potência não hegemónica, a Europa Comunitária poderia desempenhar um papel catalisador na busca de uma «nova ordem» para o Médio Oriente. Resta saber, ainda, se terá vontade política para tanto.

O fundo e a forma

A dificuldade em encontrar uma fórmula para o início das negociações parece passar por obstáculos que se mantêm em torno de três questões ou princípios fundamentais. Primeiro, o princípio da «paz por território», que Israel não parece disposto a aceitar; depois, a escolha da representação palestiniana e da forma como se apresentará às negociações (Israel continua a não aceitar a OLP, e exclui totalmente um representante de Jerusalém Oriental); e, finalmente, a forma que deverão revestir as negociações — bilaterais entre Israel e cada um dos Estados árabes, para firmar acordos de paz — e paralelamente, como defende Washington, ou posteriormente (como defendia até há pouco tempo Israel), com os palestinianos; uma conferência internacional sob a égide das Nações Unidas e com a presença dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, solução que Israel se recusa, pura e simplesmente, a encarar; ou a mais recente proposta americana (que provocou, aliás, divergências dentro do governo israelita) para uma conferência regional, patrocinada pelos Estados Unidos e pela União Soviética (com a possível inclusão da Europa Comunitária) e com a presença de um observador da ONU. Israel, através do seu ministro dos Estrangeiros, David Levy (um populista moderado e candidato a sucessor de Shamir), parecia disposto a encarar esta solução, ainda que com

algumas alterações, e estabeleceu mesmo com James Baker um acordo de princípio, a 10 de Maio passado. Faltava ainda, em Julho, a resposta da Síria a esta sugestão norte-americana.

Cada uma das fórmulas é mais favorável a cada uma das duas partes envolvidas no conflito. Negociações bilaterais estão mais de acordo com o ponto de partida de Shamir, condensado no Plano de 1989 (ao qual a Administração norte-americana contrapôs o *double track ou twin track*), cuja validade o primeiro-ministro israelita já reafirmou depois da guerra. Este plano apenas admite uma autonomia limitada para os territórios ocupados, e exige eleições democráticas para escolher os representantes palestinos às negociações. Uma conferência internacional partiria necessariamente da Resolução 242 da ONU, que Israel não aceita, na medida em que a sua aplicação envolve o conceito «paz por território».

A experiência dos acordos de Camp David, com negociações directas entre Israel e o Egipto, e que assentou (afinal) na troca de paz por território (o deserto do Sinai, ocupado durante a guerra do *Yom Kippur*), parece ser o grande aval para as negociações directas definidas por Jerusalém. Os acordos tiveram, todavia, um resultado inaceitável em matéria do direito dos palestinos à autodeterminação. Camp David apenas enuncia um período de transição de cinco anos para os territórios ocupados, findos os quais se iniciarão negociações definitivas sobre o estatuto de Gaza e da Cisjordânia. Foi, por isso, rejeitado pela OLP e pelos outros Estados árabes.

Mas a principal razão (para além da necessidade de cumprir, também neste conflito, as resoluções da ONU) pela qual palestinos e a maioria dos países da Europa Ocidental rejeita a fórmula israelita das negociações bilaterais e directas está, obviamente, em que, isolados, os palestinos não têm condições para alterar a sua relação de forças com Israel, caminhando directamente para a situação de grandes perdedores.

Dois complexos paralelos parecem, aliás, manietar ambos os lados, impedindo-os de prosseguir na busca de soluções. Os governos árabes sofrem indiscriminadamente do chamado «complexo de Saddat», assassinado pouco depois de ter assinado os acordos de Camp David, e justamente por causa disso. Do outro lado, parece existir o chamado «complexo do julgamento». Israel recusa uma conferência internacional porque — alegam quase todos os seus dirigentes — esta seria um novo «tribunal» onde o povo judeu seria «julgado» para lhe ser ditada a sentença. Independentemente da sua utilização política e demagógica para defender o imobilismo, a verdade é que os dois «complexos» não deixam de revelar como o peso da História, das tradições, dos fantasmas e dos velhos ódios se misturam permanentemente com a realidade, perdendo a distância em relação ao tempo presente.

O que querem os Estados Unidos

Está-se, todavia, perante um momento crucial, talvez a última verdadeira oportunidade para construir pacificamente um novo equilíbrio no Médio

Oriente. Que não passa apenas pela resolução negociada do conflito israelo-palestiniano mas também pela redução do armamento, por uma maior justiça económica na região, pela sua capacidade de desenvolvimento e — é bom não esquecer — pelo combate democrático contra as ditaduras e os fundamentalismos.

Grande parte da responsabilidade em não deixar passar a oportunidade está ainda nas mãos dos Estados Unidos da América. Se os países árabes mais radicais não exagerarem nas suas exigências (o que é difícil que aconteça por muito tempo, dado o seu interesse no apoio norte-americano), Washington tem, efectivamente, nas mãos o modo e a forma de pressionar Israel.

Se os EUA querem mostrar ao mundo o que significa, verdadeiramente, a nova ordem internacional e se esta significar, do seu ponto de vista, algo mais do que a sua incontrolável hegemonia internacional, terão de vencer o aparente immobilismo e dar sinais claros que o seu interesse não é de «dividir para reinar melhor».

Ou então, como escrevia William Pfaff, em 28 de Fevereiro de 1991, «o futuro do Médio Oriente, lamentavelmente, assemelhar-se-á muito ao passado recente, ou será ainda pior».